



Instituto dos Advogados Brasileiros
Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080
Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173
www.iabnacional.org.br
iab@iabnacional.org.br

INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS – IAB
Comissão dos Direitos da Mulher

Indicação nº: 43/2024
Indicante: Rita Cortez
Relatora: Elian Pereira de Araújo
Data Apresentação em Sessão Plenária:

INDICAÇÃO 43/2024

Ementa: Análise Direitos da Mulher. Cooperação do G20 nos avanços dos direitos das mulheres no âmbito do trabalho e proteção social. Colaboração do Brasil para as políticas públicas e empoderamento, social e econômico; Agenda do Grupo de Trabalho G20 apresentado pelo Brasil.

Palavras-chave: Análise G20 e a Política Internacional dos direitos da mulher. Análise de Cooperação Internacional. Agenda de trabalho e o papel da mulher no G20. Políticas públicas e igualdade de gênero.

PARECER



A INDICAÇÃO

A presente indicação, tem por objetivo a análise do G20 a participação do Brasil, que pela primeira vez assumiu a Presidência rotativa do G20 em 30/11/23, sendo o mandato de um ano. Desse modo, a atuação brasileira na liderança do Grupo ao longo do mandato de um ano, apresentou proposta de organizar 100 reuniões junto aos grupos de trabalho e força tarefas que compõe a Cúpula. Essas reuniões ocorrerão de forma presencial e virtual, com participação técnica e ministerial, em cinco cidades regionais de Brasil. A cidade do Rio de Janeiro foi eleita a capital do G20 onde se realizará a Cúpula, isto é, uma grande reunião com os Chefes de Estado e de Governo agendadas para os dias 18 e 19 de novembro do corrente.

Dentre os Grupos de Trabalho da Agenda G20¹ foi criado grupos de engajamento do G20 para Mulher (W20) e apresentado em março de 2024, na Conferência da ONU para Mulheres na 68ª Sessão da Comissão de Condição Jurídica e Social da Mulher (CSW, siglas em inglês), onde se discutirão com o Grupo de Trabajo do G20 sobre o Empoderamento da Mulher, coordenado pelo Ministério da Mulher. A Ministra da Mulher, Cida Gonçalves, junto com a delegação brasileira, debateu na ocasião sobre as questões prioritárias para as mulheres no Brasil bem como nas reuniões bilaterais e encontros durante a semana do programa da CSW.

¹ Criado em 1999 em resposta à crise financeira global, o G20 é um fórum de cooperação econômica internacional que tem como objetivo debater temas para o fortalecimento da economia internacional e desenvolvimento socioeconômico global. A Cúpula de Líderes do G20 em 2024, está agendada para os dias 18 e 19 de novembro, no Rio de Janeiro, e terá a participação de 19 países membros, África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia, Turquia, a União Africana e a União Europeia, tendo também a participação da sociedade civil. <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/g20-brasil-2024>, consulta em 30/08/2024



O tema proposto pela Presidência do Brasil na reunião do G20 deste ano é "Construindo um mundo justo e um planeta sustentável", o que representa um compromisso com a governança mais equitativa, tendo como prioridade dos países signatários a luta contra as desigualdades e a inclusão social. O ano 2024 é marcado como embrionário da primeira Reunião do Grupo de Trabalho Empoderamento da Mulher, sob a Presidência do Brasil o que permitirá reforçar o compromisso do governo brasileiro na luta contra a desigualdade de gênero somado ao propósito desse grupo de Trabalho de apoiar aos países participantes do G20 na abordagem da desigualdade de gênero e impulsioná-los ao empoderamento das mulheres em suas múltiplas dimensões.

A Reunião do Grupo na égide da Presidência brasileira, intenciona apoiar aos ministérios responsáveis em dirigir, e coordenar as políticas de igualdade de gênero nos países do G20. A institucionalização desse GT sobre o Empoderamento da Mulher, representa um compromisso adquirido por todos Estados membros com o empoderamento das meninas(menores e adolescentes) e das mulheres, tem-se por objetivo a criação de eventos e fóruns com instituições de estudo e pesquisa para o engajamento na agenda temática de gênero que será objeto de debate e propostas na Cúpula do G20.

Existe uma percepção do atual governo brasileiro acerca da importância do G20 para aprofundar os grandes temas de políticas públicas sociais e estratégicos da governança global.

A participação e posicionamento do Brasil nos foros internacionais deve ser tratado como Política de Estado devendo ser balizado pelos princípios que regem as relações internacionais, conforme o artigo 4º da Carta Fundamental, tais como a independência nacional, a prevalência dos direitos humanos, a autodeterminação dos povos, a não-intervenção, a igualdade entre os Estados, a defesa da paz, a solução pacífica dos conflitos, o repúdio ao racismo, a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e a concessão de asilo político.

Sendo assim e na perspectiva de ser fundamental o envolvimento e participação da sociedade civil, entende-se que o Instituto dos Advogados Brasileiros poderia



contribuir na Cúpula do G20 SOCIAL² em especial no Grupo W20 (Mulheres20), através da Comissão dos Direitos da Mulher com o objetivo de oferecer maiores subsídios para os debates e temas multilaterais, como também no reconhecimento e da importância de reforçar a liderança do Brasil na política internacional dos direitos da mulher.

Para a realização deste parecer, dividiremos em três partes: (Parte I) O papel da mulher no Grupo de Trabalho de Empoderamento da Mulher do G20: sob o prisma da dimensão econômica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável; (Parte II) A mulher na reforma da governança global; A mulher na ONU: Conselho de Segurança da ONU, paz, saúde; nas mudanças climáticas e (Parte III) A Mulher na mudança de foco das instituições multilaterais para priorizar os países em desenvolvimento. reforma das instituições internacionais no combate às desigualdades de gênero e sociais para sua redução e os Direitos Humanos.

O estudo a ser realizado pelo Instituto dos Advogados Brasileiros certamente será uma contribuição acadêmica valiosa para subsidiar o importante desafio do atual Governo na Presidência do G20, e de governos futuros, a retratar importância do tema enquanto política de Estado, além de poder contar com a participação de Universidades, Institutos de pesquisas, estudiosos do tema e da sociedade em geral.

² Os 13 grupos de engajamento que fazem parte do G20 Social são: C20 (sociedade civil); T20 (Think Tanks); Y20 (juventude); W20 (mulheres); L20 (trabalho); U20 (cidades); B20 (business); S20 (ciências); Startup20 (startups); P20 (parlamentos); SAI20 (tribunais de contas); e os mais novos J20 (cortes supremas) e O20 (oceanos).



PARTE 1:

O PAPEL DA MULHER NO GRUPO DE TRABALHO DE EMPODERAMENTO DA MULHER G20: SOB O PRISMA DA DIMENSÃO ECONÔMICA, SOCIAL E AMBIENTAL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Neste primeiro ponto da Consulta do Parecer, tem-se como objeto a Análise da participação de gênero e a repercussão na Cúpula do G20 a partir da criação do Grupo de Trabalho de Empoderamento da Mulher.

A participação de gênero no âmbito do G20, reserva uma trajetória que se faz necessária registrá-la nessa análise. No interstício da presidência turca do G20, foi criado em 2015 o Women20 (W20), considerado como um grupo de engajamento, direcionado na ampliação econômica holista de gênero, com o propósito de garantir a pauta da perspectiva de gênero nos debates e políticas econômicas globais, promovendo assim, a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres.

No despontar do Ano de 2019, foi formada a Aliança do G20 para o Empoderamento e Progresso da Representação Econômica das Mulheres (G20 EMPOWER), com o propósito de criar uma sinergia potente entre empresas e governos para fomentar a igualdade de gênero no mercado de trabalho. Nesta Aliança tencionou-se atividades concretas e colaborativas para aprimorar a representação econômica das mulheres e gerar um ambiente de negócios mais inclusivo.

Esses esforços resultaram em 2023, quando a Índia presidia o G20, a criação de um novo Grupo de Trabalho, denominado: Empoderamento de Mulheres. Este grupo foi formado para subsidiar os países no enfrentamento das desigualdades de gênero em diferentes aspectos, promovendo políticas e iniciativas que incentivem um envelhecimento ativo e saudável, além de preparar as sociedades para as mudanças demográficas que acompanham a transição demográfica global. Conjuntamente, o W20, a G20 EMPOWER e o novo Grupo de Trabalho de Empoderamento de Mulheres,



representam diligências internacionais significativas para promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, através de um enfoque multilateral e cooperativo.

Frise-se que, o Grupo de Trabalho de Empoderamento da Mulher, é composto por representantes dos países signatários do G20, além de organizações internacionais e setores privados.

A missão do GT é identificar e implementar políticas e práticas que promovam a inclusão e a igualdade de gênero em áreas como educação, saúde, emprego e participação política. O Grupo também trabalha para eliminar a violência de gênero e garantir às mulheres acesso à oportunidades iguais e justas.

Dentre os principais objetivos do grupo está o de fomentar maior participação das mulheres no mercado de trabalho e em posições de liderança. Isso inclui promover políticas de licença parental, igualdade salarial e oportunidades de avanço na carreira. O grupo se concentra em melhorar o acesso das mulheres à educação e à saúde, reconhecendo que esses são pilares fundamentais para o empoderamento.

O Grupo de Trabalho de Empoderamento da Mulher, também coopera com organizações internacionais e setores privados para promover a igualdade de gênero, incluindo parcerias com empresas para implementar práticas de diversidade e inclusão, bem como conjuntamente com as organizações não governamentais colabora para apoiar programas de capacitação e empoderamento das mulheres.

Significa dizer que, o Grupo de Trabalho de Empoderamento da Mulher do G20 é uma iniciativa de relevância para promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres na agenda global. Ao trabalhar em conjunto com governos, organizações internacionais e setores privados, o grupo visa criar um futuro mais justo e igualitário para todas as mulheres.



PARTE II:

A MULHER NA REFORMA DA GOVERNANÇA GLOBAL; A MULHER NA ONU: CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU, PAZ, SAÚDE; NAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Como se verifica o empoderamento da mulher no âmbito do G20 abrange as dimensões econômica, social e do desenvolvimento sustentável. Economicamente, propõe-se promover a participação feminina no mercado de trabalho, garantindo igualdade salarial e oportunidades de liderança. Socialmente, visa melhorar o acesso das mulheres à educação, saúde e direitos, promovendo um envelhecimento ativo e saudável. Ambientalmente, enfatiza a inclusão das mulheres em políticas de sustentabilidade e mudanças climáticas, reconhecendo seu papel vital na gestão dos recursos naturais e na implementação de práticas ecológicas. Concomitantemente, essas dimensões econômica, social e desenvolvimento sustentável, trabalham para construir um futuro mais justo, igualitário e humanitário sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações.

A cooperação entre os países do G20, especialmente através do Grupo de Trabalho de Empoderamento da Mulher, reflete um avanço significativo na proteção e promoção dos direitos femininos no contexto laboral e de proteção social. O compromisso global com a igualdade de gênero, evidenciado em eventos como as discussões na Comunidade do Complexo do Alemão e no Parlamento do G20, demonstra que a inclusão de mulheres em decisões críticas, como a crise climática, visa promover mudanças estruturais no mercado de trabalho. A participação feminina em esferas decisórias é reconhecida como crucial para combater as desigualdades, ampliando as oportunidades de emprego, educação e proteção social.

A criação de fóruns de discussão e estratégias em âmbito internacional, como o G20 Mulheres, reforça a importância de garantir políticas públicas que promovam a equidade de gênero. No Brasil, a liderança no debate sobre empoderamento de mulheres, reflete a priorização do tema durante sua presidência do G20. Este movimento global



enriquece o desenvolvimento de políticas nacionais que asseguram direitos trabalhistas, ao mesmo tempo em que oferece maior acesso a proteção social para mulheres, especialmente as mais vulneráveis.

A colaboração do Brasil para as políticas públicas de empoderamento social e econômico das mulheres é estratégica para atender à agenda do G20. A liderança brasileira na presidência rotativa do G20 tem se destacado pelos debates do grupo de trabalho, focados no empoderamento feminino. Esses esforços incluem a organização de fóruns e eventos que incentivam a participação de mulheres em processos decisórios e nas discussões de governança global, conforme destacado na Indicação 43/2024 do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB).

O Brasil tem se comprometido em promover políticas de inclusão social que visam reduzir as disparidades de gênero no mercado de trabalho e em outras áreas econômicas. As iniciativas propostas pelo país na agenda do G20, como o foco no desenvolvimento sustentável e na igualdade de gênero, mostram o alinhamento com os objetivos globais para garantir a plena participação das mulheres. A criação de mecanismos para fortalecer as políticas de proteção social e econômica, além de promover o acesso a espaços de liderança, será fundamental para assegurar que o país cumpra seu papel como líder global na promoção da igualdade de gênero no G20.

A cooperação internacional, através do G20, tem se mostrado um pilar importante na promoção dos direitos das mulheres, particularmente no âmbito do trabalho e proteção social. Com base nas discussões ocorridas em fóruns globais, como as reuniões parlamentares e de líderes sociais do G20 no Brasil, fica claro que a inclusão das mulheres em políticas públicas de emprego e proteção social é uma prioridade urgente.

A estrutura de cooperação do G20 para promover o empoderamento feminino engloba desde a criação de ambientes de trabalho inclusivos até a formulação de políticas que protejam mulheres de vulnerabilidades econômicas e sociais. Por exemplo, a inclusão feminina em debates sobre mudanças climáticas reflete a crescente compreensão de que mulheres são afetadas de maneira desproporcional pelos impactos ambientais e, portanto, devem estar no centro das decisões políticas.



Além disso, os esforços do G20 têm como foco a criação de condições igualitárias de acesso ao mercado de trabalho, como redução da disparidade salarial, promoção de oportunidades para lideranças femininas, e implementação de programas de educação que visam preparar mulheres para setores da economia em crescimento. Esses avanços são especialmente notáveis no Brasil, onde iniciativas para ampliar a proteção social de mulheres em comunidades vulneráveis, como discutido no Complexo do Alemão, mostram que a transformação é possível e pode ser ampliada com a cooperação global.

Exemplos cotidianos dessas mudanças podem ser vistos no aumento de projetos que incentivam a contratação de mulheres em áreas como tecnologia e infraestrutura, setores tradicionalmente dominados por homens, além de programas sociais que garantem proteção à maternidade e apoio a mulheres chefes de família.

No dia 11/10/2024 em reunião no Ministério da Mulher realizada em Brasília. o Grupo de Trabalho de Empoderamento de Mulheres do G20, encerrou as atividades sob a presidência brasileira. O encontro resultou em uma Nota da Presidência, *Chair Statement*, reconhecendo que meninas e mulheres mundialmente enfrentam desigualdades específicas em decorrência do gênero, e o papel significativo que estas desempenham como agentes de mudança na tomada de decisões, na liderança e no enfrentamento dos desafios globais. O documento apresenta recomendações que deverão orientar a declaração das lideranças na Cúpula do G20 nos dias 18 e 19 de novembro no Rio de Janeiro.

A presidência do Brasil no G20 tem proporcionado uma oportunidade única para o país liderar iniciativas focadas no empoderamento social e econômico das mulheres.

O Brasil tem demonstrado seu compromisso com a inclusão social e a proteção das mulheres em sua agenda internacional, promovendo políticas de empoderamento econômico. Isso pode ser visto em iniciativas recentes que ampliam o acesso de mulheres a cargos de liderança em empresas, bem como programas de incentivo ao empreendedorismo feminino, onde mulheres de regiões mais vulneráveis têm recebido apoio financeiro e treinamento para desenvolver seus negócios.



No cenário político, a Ministra da Mulher do Brasil, Cida Gonçalves, destacou a importância de se discutir o empoderamento feminino em foros internacionais, promovendo políticas que possam ser adaptadas à realidade nacional. A criação de uma agenda de trabalho focada na proteção social de mulheres no mercado formal e informal de trabalho reflete esse esforço contínuo.

No dia a dia, iniciativas como o fortalecimento de creches públicas e programas de capacitação para mulheres que perderam emprego durante a pandemia são exemplos de políticas que alinham o Brasil à agenda do G20. A implementação de projetos como o “Casa da Mulher Brasileira”, que oferece serviços integrados de proteção, reforça o compromisso do país com os direitos das mulheres, não só no aspecto econômico, mas também no social, ao garantir segurança e acesso à justiça.

Com isso, o Brasil tem condições de contribuir de forma significativa para a agenda global do G20, usando seu contexto doméstico como um laboratório para soluções inclusivas e eficazes na proteção e empoderamento das mulheres.

(PARTE III)

A MULHER NA MUDANÇA DE FOCO DAS INSTITUIÇÕES MULTILATERAIS PARA PRIORIZAR OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO.

O papel da mulher na nova ordem global está se redefinindo com um foco crescente em sua participação ativa em decisões políticas, econômicas e sociais. Através de fóruns como o G20, há um reconhecimento da importância de garantir igualdade de gênero em áreas como o trabalho, proteção social, mudanças climáticas e governança global. As mulheres, especialmente em países em desenvolvimento, estão assumindo posições de liderança e impulsionando políticas inclusivas, ao mesmo tempo em que enfrentam desafios históricos como a desigualdade salarial e a violência de gênero.



A cooperação internacional, especialmente no âmbito do G20, tem desempenhado um papel central na implementação de políticas públicas voltadas ao empoderamento feminino. Exemplos incluem o apoio ao empreendedorismo feminino e a inclusão de mulheres em áreas de tomada de decisão estratégica, como a sustentabilidade ambiental. Líderes sociais e governamentais vêm destacando a importância da participação das mulheres para o desenvolvimento sustentável e equitativo, considerando os impactos desproporcionais das crises globais, como a crise climática, sobre as mulheres.

Na internet, movimentos feministas e ativistas continuam a pressionar por igualdade de direitos, com foco em justiça social e econômica. Plataformas de redes sociais têm sido amplamente usadas para promover campanhas de conscientização sobre direitos das mulheres, violência de gênero, e igualdade no mercado de trabalho. Além disso, iniciativas de organizações internacionais e nacionais se expandem por meio de redes digitais, promovendo debates e fomentando mudanças legislativas para a proteção e avanço dos direitos das mulheres.

Esses avanços, no entanto, ainda enfrentam desafios. A desigualdade de gênero persiste em muitos países, onde barreiras sociais, culturais e econômicas dificultam o pleno empoderamento das mulheres. Contudo, a agenda internacional, amplamente promovida em encontros como o G20, está impulsionando mudanças significativas, com o objetivo de criar uma governança global mais inclusiva e equitativa.

Em resumo, o papel da mulher na nova ordem global é central para a construção de sociedades mais justas, refletindo uma mudança estrutural nas prioridades econômicas e sociais, que agora colocam o empoderamento feminino no centro das discussões globais sobre desenvolvimento sustentável.

Em janeiro de 2024 os grupos de trabalho de Economia Global e de Empoderamento de Mulheres, realizaram em Brasília, reuniões técnicas e por videoconferência, para apresentação dos planos de trabalho e conhecer as considerações iniciais dos países-membros e convidados e do G20 Mulher.



Nesses primeiros diálogos multilaterais da economia global e gênero, as propostas apresentadas pelo Brasil, pontuou-se novos enfoques e metas para agenda de atividades que seriam desenvolvidas ao longo de 2024, o que resultou em acolhida positiva pelos signatários do G20 e organizações internacionais presentes. Restou demonstrado um engajamento afinado com a temática das desigualdades como principal eixo na problemática global, sob distintas perspectivas como a de macroeconomia, transição energética justa, e mobilização de capital para investimento no processo de transição para um mundo sustentável. As Políticas inclusivas que promovem a igualdade de gênero podem levar a um crescimento econômico significativo.

As instituições multilaterais têm redirecionado suas políticas e programas para atender de forma mais eficaz as necessidades dos países em desenvolvimento. Este redirecionamento inclui a implementação de projetos que visam melhorar a educação, a saúde, a infraestrutura e a sustentabilidade ambiental nesses países.

Dentre a principais instituições multilaterais que têm adotado políticas específicas para promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres nos países em desenvolvimento, destacamos algumas: o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), trabalha para eliminar as desigualdades de gênero através de programas e estratégias focadas em gênero. Eles têm iniciativas como o Selo de Igualdade de Gênero para instituições públicas e o setor privado, que certificam locais de trabalho que atendem aos padrões de igualdade de gênero; a Organização Internacional do Trabalho (OIT) tem seu destaque por promover políticas de igualdade de gênero no mercado de trabalho, incluindo a erradicação da discriminação salarial e a promoção de oportunidades iguais para mulheres e homens.

Essas instituições estão trabalhando arduamente para criar um mundo mais justo e igualitário, onde as mulheres possam alcançar seu pleno potencial. Para analisar os impactos das políticas inclusivas e da participação de mulheres em instituições multilaterais que ora destacamos, podemos considerar alguns dados estatísticos relevantes.



A ONU Mulheres, contribui através do lançamento de relatórios e índices que mapeiam o avanço da situação das mulheres no mundo, como exemplos: o Índice de Empoderamento das Mulheres (WEI) e o Índice Global de Paridade de Gênero (GGPI), que relatou que em 2023, a capacitação de mulheres para alcançar, em média, apenas 60,7% do seu pleno potencial³. Os índices, tem uma variação de zero a 1, indicam que o Brasil, com um Índice de Empoderamento das Mulheres (WEI) de 0,637, está classificado entre as nações de médio-baixo empoderamento, com uma pontuação média mundial de 0,607 e da América Latina e Caribe em 0,633.

O Banco Mundial, desde 1996 vem publicando os indicadores de governança mundial (Worldwide Governance Indicators - WGI). Criou em sua plataforma o denominado Grupo Banco Mundial (Gender Stats) que de forma organizada provê indicadores de tópicos chave em questões de gênero. Para a agenda 2024-2030, o Grupo Banco Mundial apresenta uma Estratégia de Gênero, com vistas a acelerar a igualdade de gênero e eliminar a pobreza no nosso planeta habitável. Esta estratégia, abrange a erradicação de todas as formas de violência de gênero, fortalecimento do capital humano, criação de empregos de qualidade e aumento da participação das mulheres na tomada de decisões. A publicação do IBGE e os dados da ONU são recordatórios um lembrete dos desafios para alcançar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que visa a igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas até 2030. Como parte da Agenda 2030 da ONU, estes objetivos constituem um plano a nível global.

A representação feminina na política brasileira consta de acordo dados do IBGE em 2022 e da ONU (Organização das Nações), dos 594 parlamentares brasileiros, 89 eram mulheres, o que corresponde a 14,8 % do total. O Brasil só tinha mais assentos ocupados por mulheres do que o Japão, em 2022. Entre os integrantes do G20, o Japão é o que mostra o pior cenário em igualdade de gênero em representação política — 9,6% de

³ https://hdr.undp.org/content/paths-equal?_gl=1*w04t2j*_gcl_au*MTE4NjQzNDExNy4xNzI5NTg5MjUy*_ga*NzI2NzQzMjcxLjE3Mjk1ODkyNTU.*_ga_3W7LPK0WP1*MTcyOTU4OTI1NS4xLjAuMTcyOTU4OTI1Ny41OC4wLjA.

Consultado em 10/09/2024.



mulheres no parlamento. Em 2024, o congresso brasileiro apresentou um aumento em relação ao ano de 2022(14,8%) para 18,2%. Embora pareça um avanço modesto, incute uma tendência de avanço na política brasileira de inclusão de gênero.

O México conta com um Parlamento onde a metade das cadeiras são ocupadas por mulheres. Segundo referências da ONU é o membro do G20 que apresenta melhores resultados proporcionais em representação feminina entre os parlamentares, a ampliação da participação de mulheres aconteceu após o país implementar reformas constitucionais.

Esses índices ajudam a identificar áreas onde as mulheres enfrentam mais desafios e promovem políticas para melhorar sua situação. As instituições multilaterais têm adotado políticas específicas para promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres nos países em desenvolvimento. Programas de microcrédito, por exemplo, têm ajudado muitas mulheres a iniciar e expandir seus negócios, contribuindo para o crescimento econômico local. Além disso, iniciativas educacionais e de saúde têm melhorado significativamente a qualidade de vida das mulheres e de suas famílias.

De acordo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na apresentação da terceira edição do estudo Estatísticas de gênero no Brasil, indicaram que aumentar a participação das mulheres na força de trabalho pode aumentar o PIB de um país em até 35%.

Nessa toada, conclui-se que, a inclusão de mulheres em políticas de saúde e educação, resulta em melhorias significativas nessas áreas. As Mulheres em cargos de liderança podem influenciar políticas que garantam acesso igualitário a serviços de saúde e educação de qualidade.

No âmbito das políticas ambientais, a participação das mulheres tem se apresentado como essencial para a sustentabilidade. Frequentemente as mulheres desempenham um papel vital na gestão dos recursos naturais e na implementação de práticas ecológicas. Estudos mostram que as mulheres desempenham um papel crucial na gestão dos recursos naturais e na promoção da sustentabilidade. Em 2015, a ONU emitiu relatório sobre a igualdade de gênero e mudanças climáticas, mostrando que a inclusão de mulheres em processos de tomada de decisão pode levar a políticas mais eficazes e sustentáveis. Em 2016, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do



Clima (UNFCCC) publicou um relatório que enfatizava a importância da participação das mulheres nas negociações climáticas, assinalando que a inclusão de mulheres em processos de tomada de decisão pode levar a políticas mais inclusivas e eficazes para combater as mudanças climáticas. Em 2018, a Women's Environment and Development Organization (WEDO) conduziu um estudo que mostrou que a inclusão de mulheres em processos de tomada de decisão pode levar a melhores resultados ambientais e sociais, destacou que as mulheres têm uma perspectiva única e valiosa sobre questões ambientais e que sua participação pode levar a soluções mais sustentáveis. Em 2019 a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) publicou um relatório que mostrou que a inclusão de mulheres em processos de tomada de decisão pode levar a melhores resultados na conservação da biodiversidade.

A Agenda 2030 da ONU inclui a meta de alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas como um de seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 5). Esse objetivo é particularmente crucial quando consideramos o papel das mulheres na implementação de políticas ambientais e no desenvolvimento sustentável, dado o impacto desproporcional que questões ambientais tendem a ter sobre as mulheres e o potencial transformador de sua liderança.

O ODS 5 aborda a necessidade de eliminar todas as formas de discriminação e violência contra mulheres e meninas, garantir igualdade de oportunidades e promover o acesso equitativo à educação, saúde e trabalho, assim como representação em todos os níveis de tomada de decisão. A premissa é que a igualdade de gênero é um direito humano fundamental e, ao mesmo tempo, uma condição essencial para o desenvolvimento sustentável.

O Brasil tem implementado várias políticas públicas para promover a igualdade de gênero e proteger as mulheres. Dentre estas políticas salienta-se a da Lei Maria da Penha: Esta lei, aprovada em 2006, visa combater a violência doméstica e familiar contra a mulher, oferecendo proteção e apoio às vítimas; o lançamento em 2011 do Programa Mulheres Milhões, este programa visa capacitar mulheres em áreas como saúde, educação e emprego, promovendo a inclusão social e econômica; criação Plano Nacional de Fortalecimento das Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas: Este plano visa fortalecer as comunidades tradicionais, muitas das quais são lideradas por mulheres, garantindo-



lhês direitos e recurso; a instituição de Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta: Esta política visa melhorar o acesso à saúde para mulheres em áreas rurais, reconhecendo as desigualdades enfrentadas por elas e a edição do Plano Nacional de Direitos Humanos: Este plano inclui ações específicas para proteger os direitos das mulheres, incluindo a promoção da igualdade de gênero e a eliminação da violência contra a mulher. Essas políticas são iniciativas importantes para promover a igualdade de gênero e empoderar as mulheres no Brasil, também incentivam na criação de mecanismos de apoio para o empreendedorismo feminino sustentável. São políticas que contribuem diretamente para o desenvolvimento de práticas de agricultura regenerativa, na restauração de áreas degradadas e na gestão sustentável da água e dos resíduos. Sem Embargo, ainda há desafios a serem superados para garantir que todas as mulheres tenham acesso igualitário a direitos e oportunidades.

A crescente integração das mulheres no setor ambiental representa uma oportunidade para transformar a relação entre economia e meio ambiente. Ao promover políticas públicas que reconheçam a centralidade da mulher em áreas rurais e urbanas, os países podem atingir mais efetivamente os ODS 5 e 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima), reforçando a importância do empoderamento feminino no caminho para um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

Vale realçar, diante das iniciativas políticas e desafios a serem superados, mencionados anteriormente, que a Constituição Federal, tutela e fortalece o Estado Democrático de Direito ao assegurar direitos e garantias específicas para as mulheres. Podemos citar alguns dos principais dispositivos que incluem Igualdade de Gênero previsto no Art. 5º, inciso I. A Constituição proíbe qualquer tipo de discriminação com base em gênero; o Art. 7º, inciso XVIII trata da Licença Maternidade e Assegura a esta 120 dias, sem prejuízo do emprego e do salário; Já no Art. 226, inciso VIII, tutela a Proteção Contra a violência contra a mulher na esfera familiar e Obriga o Estado a reprimir. Quanto a Participação Política, prevê o Art. 5º, inciso X, garantia e participação plena e efetiva das mulheres em todos os níveis de tomada de decisão. Esses princípios e garantias constitucionais, são fundamentais para a promoção da igualdade de gênero e o fortalecimento do Estado Democrático de Direito no Brasil.



Assim, o Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) em sintonia as diretrizes tem desempenhado um papel crucial na promoção e defesa dos direitos das mulheres no Brasil. Através de sua Comissão dos Direitos da Mulher, o IAB tem organizado eventos, publicado livros e realizado estudos que analisam o arcabouço legal e as demandas na implementação das garantias legais às mulheres. A exemplo, recentemente lançou o livro "Marcos Legais dos Direitos das Mulheres", que reúne e analisa as leis nacionais e internacionais de proteção à mulher.

O IAB tem sido um ator importante na promoção dos direitos das mulheres no Brasil e na atuação internacional junto à ONU. Sua contribuição na análise e na defesa das leis de proteção à mulher é essencial para avançar na pauta de luta pela igualdade de gênero e pelo empoderamento feminino.

Em face ao exposto e com fundamento na necessidade de se aprofundar os princípios constitucionais que regem as relações internacionais já citados, além do fortalecimento do Estado Democrático de Direito, proponho que o Instituto dos Advogados Brasileiros através da Comissão dos Direitos da Mulher, caso o Plenário entenda pela pertinência da presente indicação, possa contribuir participando como observador dos comitês criados pelo ONU Mulheres-Brasil para unir, fortalecer e ampliar os esforços mundiais em defesa dos direitos humanos das mulheres, enfocando os temas já explicitados nesse parecer do G20 Mulher no Grupo de Trabalho de Empoderamento de Mulheres, a fim de possibilitar um maior conhecimento e ampliação ao debate em busca de contribuir para o protagonismo do Brasil nos foros internacionais em especial na agenda que pauta a participação da Mulher à igualdade de gênero e à proteção dos direitos humanos.

Finalmente e após discussão e deliberação do Plenário, proponho que o IAB possa enviar para as autoridades competentes, OAB, Ministério das Mulheres, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH): Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR); Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres (Comitê CEDAW) da ONU, para fins de manifestar o seu posicionamento em relação ao



estudo do citado tema, de bastante relevância para o papel do Brasil enquanto liderança regional e líder global.

Rio de Janeiro, 05 de outubro de 2024.

ELIAN PEREIRA DE ARAÚJO

MEMBRO DO INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS